

CONHECIMENTO HISTÓRICO DO HISTORIADOR E OUTROS CONHECIMENTOS HISTÓRICOS¹

Bruno Flávio Lontra Fagundes²

O início da maior parte das discussões sobre História Pública começa com uma proposição aparentemente muito unânime, a qual tem um corolário naturalmente aceito: que História Pública é História *Para* o Público (SANTHIAGO, 2016, p.28) e, predominantemente, pela publicação de textos de larga recepção e leitura. Alunos têm quase um bordão: “uma história mais palatável.” A boa história divulgada só não aconteceria por mera questão de linguagem. “O historiador precisa aprender a escrever mais fácil, numa linguagem mais acessível”. É isso o que se ouve constantemente. Essa linguagem mais acessível que faltaria aos historiadores seria o grande empecilho para que uma história pública – entendida como divulgação – se efetive. Como se, um, a história pública se reduzisse a isso – o que não é irrazoável, uma vez que nem os historiadores sabem exatamente o que seja História Pública; e, dois, como se a recepção de textos fosse motivada apenas por um processo comunicacional, onde o outro recebe de um aquilo que quer escutar, ler ou ouvir, mas que aquele que comunica não consegue fazer bem, por causa de sua linguagem hermética, pouco adequada e desagradável, quando não inatingível. Não é inquestionável que o processo de produção de conhecimento histórico orientado científica e academicamente exija algum fechamento e hermetismo, mas perguntas e abordagens feitas ao passado por grupos de especialistas sobre certos passados de interesse mais geral não são as mesmas perguntas e abordagens que o público em geral faz aos mesmos passados.

Tratado normalmente como texto publicado em veículos e meios de massa de grande circulação, o que faltaria à divulgação, segundo opiniões correntes, é o bom redator, alguém que saiba escrever numa “prosa acessível” a todos. Há nesta proposição uma ideia fixa: a de que não importa a qualidade do texto, mas sua forma. Um texto de prosa agradável poderia ser – supostamente – lido – e gostado a depender da linguagem. Nesta equação, não se pergunta se a prosa agradável é história boa, se a complexidade eventual dos objetos de que se trata foi mantida, como se um material vazado em linguagem acessível por si só fosse história de qualidade.

¹ Apoio *Fundação Araucária* de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (Fundação Araucária) e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

² Professor efetivo da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão. Professor vinculado ao PPG em História Pública e ao Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTORIA), ambos da UNESPAR.

Conhecemos livros de história que fazem rir, fazem pilhéria do historiador, e que são muito vendidos, mas que não suportariam a cinco minutos de crítica. E assim mesmo por critérios acadêmicos.

Antes de tudo, é importante ter em mente que divulgação de conhecimento histórico não é mera questão de linguagem fácil e acessível pouco executada por especialistas. É o que vou atacar aqui neste texto.

Para Santhiago (2016, p.29), inclusive, provavelmente a divulgação de história requeria uma mudança na forma da pesquisa histórica, o que qualifica de “história predisposta à divulgação”. Assim: “A história pública engloba um conjunto de qualificativos que, salvo engano, requer modificações durante todo o processo de pesquisa e não apenas no momento de seu escoamento”. Suplementando sua reflexão que recusa as opiniões favoráveis a que uma “boa história” a ser divulgada é simples questão de linguagem acessível, palatável, ou coisas assim, ele reafirma:

Mais uma vez, me parece que este campo, entendido como um lugar de debate, é o que tem permitido superar a visão da história pública como “questão de linguagem”, embora ela continue à espreita – e deva ser vista com muita prudência, porque pode ser facilmente empregada para a deslegitimação desse lugar (SANTHIAGO, 2016, p.29)

Algo da natureza do passado e das abordagens e perguntas feitas a ele não interessaria ao público em geral, mas a historiadores em especial, internamente a seu ofício, e uma divulgação não deve ser medida por uma régua comunicacional linguística: palavras mais coloquiais, linguagens mais comuns, vocabulário de todos - pelo menos de muitos textos conceituados, que fariam do passado algo mais acessível independente de sua abordagem. Não!

Analisado de um ponto de vista estritamente linguístico, texto bem escrito – o que quer que isto signifique - não é o suficiente. Até porque muitas vezes o leitor, só de saber que é história, sociologia, filosofia, nem se dispõe a ver. Afinal, o que é um texto bem escrito? Ele é agradável porque adorna e ornamenta, para dizer de Homero, ou ele é um “ensinamento para sempre”, para dizer com Tucídides? Entre emissor de mensagens e seus receptores deve haver uma identidade de propósitos e valores quando são analisados os passados que são usados e divulgados. Por que muitos passados divulgados não são aceitos, sem linguagem agradável? Só porque não há linguagem acessível? Beatriz Sarlo (2004, p.13) acredita que haja uma situação de memórias confortáveis e aprazíveis quando se estão em jogo significados comunicados do passado: muitos passados não agradam porque eles dizem memórias que não consolam, e os sujeitos

procurariam no passado exatamente conforto. “As visões do passado embutidas em modalidades não-acadêmicas de texto”, quando comparadas a textos acadêmicos, garantem sentido e “conso-lo” uma vez que se “duplicam modos de percepção social que não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele” (SARLO, 2004, p.13)

Os receptores não aceitariam a história que não fosse memória se não identificassem nela algo de si mesmos, sem contradições, desconfortos e impessoalidades. Ludmila Jordanova, numa formulação a fim de sugerir o que não deveria faltar a uma definição de história pública, ressalta que os vínculos que sujeitos estabelecem com o passado são sempre pessoais, mediados por suas emoções e sentimentos, por meio dos quais o passado vem a cada um de nós, e que só poderiam ser contados, e aceitos, se garantissem aos sujeitos a história como parte de suas histórias de vida pessoal, narrativas em que pudessem se dizer por meio de histórias que viveram e que de algum modo os enlaçaram e/ou lhes tocaram. Não existiria história que não fosse vivida.

Por que pessoas sem motivação direta profissional, poriam atenção íntima às complexidades da história? Aqui eu entendo história num sentido forte – uma disciplina formal que demanda habilidades especializadas, expertise e conhecimento, incluindo um entendimento crítico de fontes materiais e uma familiaridade com uma variedade ampla de maneiras com as quais evidências podem ser interpretadas. (JORDANOVA, 2008, s.p – tradução minha).

A acepção da História Pública como divulgação, ou que é *para o público*, já foi frisada por autores nacionais e autores internacionais coevos. E ela pode acontecer de várias formas, que podem, ou não, estar envolvidas sob o rótulo de “divulgação de história”, que, já se acentuou, é mais que “divulgação científica”. Serge Noiret (2014, s.p – tradução minha) garante que a tarefa do historiador público é “comunicar publicamente a história”. Enquanto Hilda Kean (s.d, p.7) menciona o site *Doing Public History*, do Royal Holloway College, em Londres, como expressão de que a História Pública é, para alguns, “baseada na forma e natureza de transmissão do conhecimento histórico”. O site inglês é consultado para promover “convicente reflexão sobre o relacionamento historiador acadêmico e o público”. Também John Tosh define História Pública como envolvendo “o livre acesso do público para as descobertas da erudição histórica”. Ele corretamente criticou a definição de História Pública como “uma opção a ser perseguida por um punhado de acadêmicos procurando publicidade”. No entanto, para ele a ênfase em História Pública é tanto sobre “a inserção de perspectiva histórica dentro de questões públicas cruciais” e de acadêmicos “compartilhando com o público sua própria expertise”. (TOSH, J *apud* KEAN, Hilda, s.d, p.7 – tradução minha)

A análise da História Pública como divulgação entendida como história *para o público* merece considerações de ordem conceitual com o fim de nuançar o que ela significa e alguns perigos – ou, pelo menos, meias-verdades – em que se pode incorrer.

Alheio a esta primeira colocação, e pertinente à indefinição – ou às definições múltiplas – do que seja História Pública, de fato há uma constante sobre a difusão/divulgação do conhecimento histórico. Que, se a história pública é *para* o público, ela supõe uma emissão permanente e, mais ainda, quase sempre esta emissão teria um caminho único: de um sujeito sabedor, em quem há um saber/conhecimento até outro sujeito insipiente, a quem falta o saber/conhecimento que lhe será transmitido. Conn é taxativo.

É nosso trabalho contar a verdade histórica, e é tão importante que nós nomeemos as mentiras históricas. No fim [desta palestra], eu peço a todos vocês considerarem-se historiadores públicos, pedindo que reafirmem nossa expertise. Não é simplesmente porque nós sabemos mais sobre o passado – embora nós saibamos – mas nós sabemos como pensar sobre o passado de modos que muitos outros não sabem. Isto é o que temos de oferecer ao debate público e eu insisto com todos encontrarem novos modos de fazer isso. (s.d, p.7 – tradução minha)

A História Pública é entendida como esclarecimento, produção de conteúdos desmistificantes, isentos de falsidade, e capazes de, de uma vez por todas, informar o que não é equivocado, o que não é falso, e que precisa ser levado a todos para que saiam do disfarce e da ilusão. Conn ainda diz: ‘Fazer história pública significa atuar em favor da difusão de conhecimento histórico para amplas audiências’ ..

Comentando “a quarta capa do livro” *Introdução à História Pública* (2011), Santhiago (2016) discorre sobre divulgação científica e divulgação histórica para ponderar as chances de um entendimento de que – com o que concordo – a divulgação seja considerada como conhecimento feito de maneira mais simples:

Tenho lá minhas dúvidas de que a “história pública” seja uma forma mais simples de história – mesmo se for, essa ‘simplificação’ ou ‘estetização’ é extremamente difícil: uma batalha constante entre conteúdo e apresentação, sem cortes, compressões, diminuições, condensações. (p.29)

Mas o ato comunicativo não pode deixar de ser problematizado.

O ato comunicativo, e também o postulado de que alguém sabe um saber melhor do que outro, deve ser problematizado. Ato comunicativo, linguagem. Postulado: como saber se alguém sabe mesmo mais do que outro? Ou diferente do outro? O que garante isso: um *ethos*, um hábito

que ensinou-nos a acreditar numa hierarquia de saberes? Em se tratando da “colaboração” própria à história pública conduzida em museus, Duclos-Orselo (2013, p.125) atua numa via da colaboração entre curadores de museus e visitantes, numa situação em que “alguns que sabem alguma coisa se envolvem com alguns que sabem uma outra coisa”.

Questões diversas podem ser levantadas aqui quanto à natureza da divulgação histórica, mormente a dois aspectos: o de que haja alguém que sabe história mais que outros, e a transmite, e o aspecto de que a divulgação histórica só depende de linguagem acessível. Já virou comum dizer que a História Pública não limita o conhecimento histórico à universidade, à academia, o que precisa ser questionado e ponderado. A divulgação pode *sugerir um* ou *ganhar contornos de um* conhecimento histórico do historiador que - mesmo sendo um conhecimento especialista que cuida para não se fazer superior previamente - estaria acima de um conhecimento histórico comum de públicos não formados, que têm sua própria história e a sabem narrar, mas que, para alguns pontos de vista, seria sempre um conhecimento comum e falta de alguma coisa – em síntese, porque não-orientado cientificamente. São públicos que, por isso mesmo, precisariam receber a história especialista do historiador para saber a história que deve ser sabida. Hilda Kean alerta para uma definição muito fechada da relação historiador acadêmico e público.

(...) fornece um foco sobre aqueles que são vistos como criadores de história e aqueles que são seus receptores. Em tal definição, agentes e consumidores são promovidos enquanto a coisa sendo transmitida. História, tomada como uma coisa dada. Tais definições implicam que o historiador, usualmente visto como profissionalmente treinado, está desempenhando um papel ativo e o público um papel passivo. O ônus portanto está sobre o historiador para garantir que o corpo do conhecimento transmitido seja acessível. Isto tem um efeito dual de engajar “o público” mas também realçar o status separado do historiador como o disseminador que não apenas possui o conhecimento mas a habilidade de transmissão. (s.d, p.7)

A colocação pode induzir a uma impressão bastante disseminada entre o senso comum e historiadores experts: a de que a boa história é a que deve ser transmitida pelo expert e, principalmente, como já dissemos, “numa linguagem simples e acessível”. Não se incorre aqui em dois grandes equívocos: um, o de que o receptor é limitado, por isso é preciso simplificar para ele poder aprender (e esse ato de aprender também não é mensurado!); depois, o equívoco de que o que dificulta as mensagens chegarem seja uma mera questão de linguagem, sem levar em conta a complexidade do que constitui a natureza/complexidade eventual do que se transmite? Simplificar a linguagem, para bem dizer, não poderia incorrer em extrair do que se transmite a

complexidade do que o caracteriza? (não obstante haja não poucos textos acadêmicos que são marcados, sim, pela linguagem hermética, como opção narrativa de quem escreve, cujo lastro está na formalização da linguagem científica, que conduz ao hermetismo da linguagem entre unicamente aqueles que participam de uma comunidade de ciência).

[...] A ‘divulgação científica’ pode sugerir a transmissão de um certo conjunto de conhecimentos de forma ‘mais simples’, de modo a atingir um público mais amplo – para informá-lo, entretê-lo, diverti-lo. Isso consiste numa simplificação dos padrões já existentes. Não se trata de ‘traduzir’ de forma simplória o que se produziu cientificamente, mas de dar a conhecer os procedimentos e discuti-los coletivamente, inclusive questionandos-os (SANTHIA-GO, 2016, p. 29)

Compartilhar é seguramente positivo. Todavia, uma definição de compartilhar que consiste simplesmente de “o historiador” compartilhando com o “público” é bastante parcial. Nós podemos também ir além disso, reconhecendo que a necessidade de compartilhar, participar e se engajar não tanto como “experts” em “História”, mas como pessoas com um interesse no relacionamento entre o passado e presente que estão dispostas a explorar, reconhecer e valorizar diferentes modos de configurar isso.

A advertência de Kean, feita acima, encontra respaldo em experiências que não só criticam certa presunção de superioridade do expert, como também testemunha o espanto do expert ao perceber que, em situações as quais consideram “de História Pública”, se veem inexperts, uma vez que

pode haver, é claro, uma lacuna em entendimento histórico entre aqueles treinados como historiadores e as audiências para seu trabalho, mas esta lacuna não deve ser diminuída pelos historiadores meramente alcançando “o público”. Ao contrário, como David Glassberg sugeriu, novos modos de pensar sobre o passado podem ser compreendidos “alcançando a descoberta da humanidade que eles partilham”. O reconhecimento pessoal das necessidades dos historiadores, tanto quanto as do público pelo passado, é chave para diferentes entendimentos do passado. Se história não engloba o reconhecimento do papel das pessoas em fazer história – e inclui historiadores dentro desta ideia das pessoas – isto apresenta desafios. Isso pode ser um pouco inquietante, mas talvez um bom lugar para começar por tornar acessível História Pública e de partilhar ideia ou validar experiência. (KEAN, s.d, p.8)

Também Jorma Kalela, que esteve frente a frente a um público de operários como consultor acadêmico de história para ajudar os trabalhadores de fábrica escreverem suas histórias. A certo tempo, o historiador profissional Kalela percebe que suas colocações estão prescrevendo o que deve ser aprendido pelos operários, cujos interesses por sua história não tinham, na raiz, as

perguntas que o treinamento como historiador de Kalela o ensinou como deveria agir para abordar o passado nestas situações.

Uma vez que aceitaram a ideia de que eles tinham o mesmo direito de definir o conteúdo de história como um historiador profissional, os círculos proliferaram. Este alvoroço era a maneira dura na qual eu descobri que o conceito acadêmico tradicional de história que eu trazia como garantido era, por sua natureza, paternalista. Eles tinham o direito de estudar o que em sua visão era sua própria história, mais do que tomar como certo um conceito pronto disto. (KALELA, 2011, p.55 *apud* KEAN, 2011, p.2 – tradução minha)

O consultor Jorma Kalela criou quarenta círculos de pesquisa entre seu público de trabalhadores e deixou a eles a definição dos parâmetros para fazerem sua história.

Em recente texto, *História Pública significa simplificar o conhecimento?*, Marta Rovai (2018) segue a mesma direção. “Pensar a publicização de fatos que envolvem coletividades é pensar nos usos que diferentes setores sociais fazem do passado” (p.187). Ao relatar sua experiência com comunidade populares, que sabem sua história de um modo que não é o modo de conhecer com que o historiador conhece o passado, a autora assinala que aquelas comunidades “[buscam] defender, preservar e registrar suas histórias e memórias a partir de suas próprias demandas”. Diz a autora:

O trabalho com essas comunidades coloca o historiador diante de novos narradores e de um público que não simplesmente consome, mas participa da construção e das escolhas sobre o que, como e por que e quando divulgar suas histórias. Como profissional e cidadão, de forma mais explícita e necessariamente dialógica, coloca-se diante de novas perguntas sobre os efeitos da produção histórica, da divulgação de novos saberes, da autoria compartilhada e dos benefícios às comunidades com as quais escolhe lidar (ROVAI, 2018, p.190)

Porque parece certo que a maneira com que historiadores analisam o passado e seu objeto seja condicionada pelas perguntas de método, metodologia, abordagem teórica, relevância do tema, função da história que marcaram sua formação de historiador com conhecimento cientificamente orientado. Se admitimos que a história pública é a apresentação da história para públicos mais amplos do que os pares acadêmicos, temos de supor que qualquer apresentação de história para públicos seja divulgação - filmes, minisséries, história digital, rádio etc, que apresentem a história?

Seria de se perguntar: como escrever história sem se desdenhar dos critérios do público que olha para o passado? A opção será a de advogar mais a defesa de uma História *do* Público,

mas com a participação do historiador, entendendo como o passado é transformado em história e considerar como o historiador pode se compor, ou colaborar com outros públicos para que façam suas histórias.

Há experiências com história pública que entendem a história comum do público como tão valorosa como a do historiador formado especialista, inclusive admitindo que sua história deve ser estudada e compreendido seu processo de construção – sob que balizas, valores, ideias, ideologias, influências etc. são construídas. O historiador elabora o passado de modo disciplinarizado, o que envolve uma especialização que dirige ao passado perguntas e abordagens que derivam de uma sistemática de abordagem científica que requer um olhar treinado para o passado. O que não é o olhar que outros públicos não-disciplinarizados têm. Deve-se tentar evitar reproduzir, implicitamente, a ideia de que haja, no fim de tudo, uma elaboração do historiador mais adequada do que a de outros públicos. A divulgação não pode incorrer neste risco, que entra “pela porta dos fundos”? O historiador não elabora o passado por abordagens e métodos próprios de uma disciplina, por uma finalidade atribuída ao discurso histórico investido de um sentido de missão que não é o dos demais públicos?

A divulgação de História parece mais um trabalho colaborativo, onde o historiador colabora com outros públicos a fim de tomarem o passado com balizas de interpretação de suas realidades individuais e sociais capazes de favorecer a outros públicos a olhar seu passado, dando sentido a ações no presente e a projeções de futuro. E mesmo fornecendo balizas as quais, mesmo se próprias de um especialista treinado, podem favorecer o olhar dos que se voltam para o passado e não têm formação científica para tal.

A nosso ver, por hipótese, talvez a divulgação da história que se quer levada para “amplas audiências” - como sendo este seu motivo principal – precisaria, acima de tudo, uma audiência disponível para a História, ou para a palavra do historiador. Sem se precisar exatamente quem sejam estas audiências, sem se localizar onde elas estão e podem ser encontradas, pergunta-se se a histórica pública profissional brasileira estaria disposta a considerar ir além, se estaria disposta a discutir não só sobre seu lugar de fala, mas o que tem deteriorado a autoridade que, supostamente, garantiu a historiadores durante muito tempo esta autoridade legitimada e reconhecida, uma vez que, hoje, vivemos um estado da arte em que a autoridade do historiador está questionada e deslegitimada por “fazedores de história” que, muito embora façam usos do passado sem os critérios que garantem – interna corporis – a autoridade historiadora, têm-na esvaziado e ocupado seus lugares.

A nosso ver, a divulgação de história no Brasil requer, primeiro, recuperar este lugar de fala e sua autoridade, a fim de legitimar o historiador profissional, acadêmico, como seja, a dizer sobre o passado e ser acreditado. A realidade perceptiva dos consumidores de história, grosso modo, parece-nos, irrefletidamente, condenar o que se fala sem antes mesmo de ouvir, sendo suas afirmações triadas *por* e permeadas *de* fatores contextuais e ambientais marcados por profundas disputas de narrativas de memória e polarizações político-ideológicas vincadas muitas vezes pelo uso do passado por meio de má-fé, interesses particularistas, ou desconhecimento mesmo, desdobrado, possivelmente, da percepção, autêntica, de que ninguém é dono do passado e de suas interpretações.

Os exemplos da França e do Reino Unido comparados por Stevens (2010) são instrutivos.

A autoridade francesa dos historiadores reunidos numa corporação acadêmica que sustenta corrente historiográfica de tradição internacional sobre o que se diz do passado conduziu mesmo a institucionalização de comitês de vigilância dos usos públicos do passado na França, e por mais que fazedores de história alheios ao universo acadêmico produzam história, usem o passado, a autoridade dos historiadores franceses se faz valer em meio a uma cultura de história em que os historiadores profissionais são voz ativa e requisitados para dizer o passado, ou mesmo profissionais que intervêm sobre afirmações públicas, corrigindo-as, sem que sejam deslegitimados – muitas vezes dando a entender que a interpretação sobre a história tem lugar principal e alguns têm o monopólio do uso do passado.

O caso inglês, contrário ao francês, parece deslocar-se da mesma fonte de legitimidade francesa – com aspectos tanto perigosos como estratégicos para a auto-legitimidade dos que fazem história. No Reino Unido, para a comunidade de historiadores a realidade que predomina é a de que todos têm e sabem sua história – e aí reside um perigo. Porque para os ingleses não-profissionais de História e seus públicos, a história é parte integrante de suas vidas, mas sempre a história entendida como valor individual, importante porque a inscrição da história de coletivos não é realizada em suas vidas individuais, e nelas se bastam. Arriscamo-nos a dizer, uma história despolitizada. Mas, cuidado!

Despolitizada em termos, uma vez que a política que são consideradas são as políticas públicas e tudo aquilo que diz respeito ao ser individual, tomado como locus de emoção e passado nostálgico, ou resultado de condicionantes passados chegados pelo tempo até o presente. A história na cultura pública histórica que os ingleses reconhecem é a de suas próprias vidas individuais entendidas como “históricas” – sem interligações com grandes questões e dramas cole-

tivamente vividos e partilhados. Se perigoso – e em dissenso como uma história que nos ensina nossa localização social como parte de um todo coletivo, relacional - é benfazejo que os ingleses não pensem assim, uma vez que ninguém tem o monopólio da história e os usos do passado são “propriedade” de todos, que fazem do passado o que querem: entretenimento, diversão, lugares de passeio e lembranças, relíquias e antiguidades, curiosidades. Muito parecido com a realidade americana. A história não tem uma função política pública, mas apenas uma função social, e assim mesmo à medida que ajuda a soldar solidariedades mínimas, entendidas estas como solidariedades de família, de lugares e pequenas cidades, e mais ainda como solidariedade nacional. Stevens (2010) registra, da parte do historiador francês, uma indignação com a perda de uma “autoridade de reconhecimento”, fato que parece não abalar o historiador inglês, e mesmo o americano. O papel romântico da história como guardião do processo de transformação social e depositária da memória que transformou a humanidade ocidental a partir da história da Revolução Francesa não é questão para os ingleses e americanos.

Nos Estados Unidos, as associações de historiadores de família e de histórias locais são poderosas, além de criadores de postos de trabalho. David Thelen e Roy Rosenweig (1998) desenvolveram pesquisa de opinião copiosamente exemplar neste sentido, ao rebaterem afirmações que censuravam os americanos por não terem preocupação com sua história. Este fundamento da HP americana, se provê em legitimidade pública o trabalho de scholars historiadores – há sempre lugar para serem ouvidos, e eles são ouvidos legitimamente – por outro lado provê, a nosso ver, um perigoso faz de conta. Se a história dos americanos reconhecida por eles só se conecta por meio de suas narrativas pessoais de vida, por outro lado os americanos parecem naturalizar o fato de que, como plano de fundo da aceitação desta história individualizada, está a validação de um passado nacional comum - na história muito bem construído e constantemente reiterado – percebido como sem conflitos, sem discórdias e guerras – e com dose grande de diversidade reprimida – o que garante circunscrever seus passados individuais descolados de seus passados coletivos.

A tentativa de reescrita do passado colonial francês em 2005 por Sarkozy, pretendendo exaltar a colonização francesa na África, por outro lado, foi prontamente rebatida por historiadores, que vieram a público retrucar o presidente pelo que consideravam um uso do passado equivocado, ideologizado e inaceitável, e devidamente interpretado para ser reescrito. No Reino Unido, e nos Estados Unidos, controvérsias pontuais sobre usos do passado tornam-se pontuais, e não alteram aquele plano de fundo que faz da história que as amplas audiências contam e respeitam consubstanciadas num passado comum mitificado.

A meu ver, é por meio de uma investigação profunda sobre o que fez o esvaziamento da autoridade acadêmica do historiador, e sua deslegitimação para dizer o passado, que deve começar um plano de divulgação da História. É preciso, não sabemos como, reconquistar – se é que um dia tivemos – um lugar de fala, revesti-lo ao ponto de as “amplas audiências”, antes mesmo de nos ouvirem, aceitarem que temos de ser ouvidos. Que sabemos também o passado, a nossa maneira, mas que sabemos, um conhecimento que não é melhor nem pior que outros, mas diferente, produzido por alguns critérios que não são aqueles critérios com que muitos que escrevem a história que ouvem, leem ou veem, foram construídos. Antes do desafio, há um desafio antes: como ter a confiança das audiências?

Entre disputas por narrativas históricas, há um aspecto fundamental: como sermos ouvidos, escutados, sem que nos ouçam com preconceitos, que levam a fala do historiador para o plano daquilo que não precisa, ou não deve ser escutado, porque é um doutrinador que fala. Este é um desafio muito grande antes, a meu ver, de discutirmos os termos com que falamos e de que lado estamos quando falamos. É preciso, primeiro, firmar o respeito de sermos ouvidos. Feito isso, estaremos mais preparados para divulgar nosso conhecimento.

Referências Bibliográficas

CONN, Steven. **Mensagem presidencial**: cada historiador um historiador público. Disponível em https://www.ohioacademyofhistory.org/wp-content/uploads/2019/01/Proceedings-2018-Presidential-Address-Steve-Conn_Every-Historian-a-Public-Historian.pdf. Acesso em setembro 2018.

DUCLOS-ORSELO, Elizabeth. Autoridade compartilhada: a chave para educação museal como mudança social. **Journal of Museum Education**, v.38, n.2, July 2013, p.121–128

JORDANOVA, Ludmila. **Como a história importa hoje?** Disponível em: <http://www.historyandpolicy.org/policy-papers/papers/how-history-matters-now>. Acesso em janeiro 2019.

KALELA, Jorma. Fazer História: o historiador como consultor. **Public History Review**. V.20, 2013, p.24-41.

KEAN, Hilda. **Pensando sobre pessoas e história pública**. Disponível em http://arts.brighton.ac.uk/__data/assets/pdf_file/0005/68270/Chapter-1-Working-Papers-Journal-by-Hilda-Kean-ISSN-20458304-.pdf. Acesso em janeiro 2019

_____. Introdução. **Public History Review**, v.18, 2011, p. 1-11

NOIRET, Serge. **Internacionalizar a história pública**. Outubro 2014 Disponível em <https://public-history-weekly.degruyter.com/2014-34/internationalizing-public-history/>. Acesso em março 2019.

ROSENZWEIG, Roy.; DAVID, Helen T. **A presença do passado: Usos populares da história na vida americana**. New York: Columbia University Press, 1998.

ROVAI, Marta G. de O. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele R de; MENESES, Sônia (Orgs.). **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo, SP; Editora Letra e Voz, 2018. p.185-196.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários**. SP: Editora Letra e Voz, 2016. p.23-36.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo (SP): Cia das Letras; Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, 2007.

STEVENS, Mary. Política pública e o historiador público: os diferentes lugares de historiador na vida pública na França e no Reino Unido. **Public Historian**, v.32, n.3, 2010 p.120-135.

TOSH, John. **Why History Matters**. Londres (Inglaterra): Palgrave Macmillan, 2008.